

## Pedagogia e caridade franciscanas na educação: Escola Paroquial étnica em Petrópolis no final do século XIX

### Resumo

Em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, no ano de 1896, os franciscanos criaram uma escola paroquial étnica para os filhos de antigos colonos alemães vindos décadas antes para o país, em 1843. Com uma pedagogia de base intuitiva, atuaram em prol de uma obra católica e caritativa de promoção social e religiosa de meninos pobres. Lutando contra os protestantes, a laicização republicana, o liberalismo político e outras expressões filosóficas e políticas na sociedade urbana, deram forma a sua atuação recebendo dos ricos e do Estado aporte financeiro para empreender, mas, sobretudo, adquirindo autonomia de ação com o estabelecimento de fontes próprias de manutença. Sua atividade estava em consonância com o neotomismo de Leão XIII e sua ideia de caridade expandida sobre o tema da instrução escolar. Revela a inexistência do direito social à educação, mas explicita a busca pela difusão da escola entre os mais pobres. A pesquisa baseia-se em informações jornalísticas, tomados os periódicos como fontes numa perspectiva da compreensão de um movimento social, a partir da colocação na esfera pública das questões institucionais. Os referenciais teóricos ligam-se a Carvalho (2015) e Marshall (1967) com a ideia de direito social, e a Ricoeur (2010), em sua filosofia da história.

**Palavras-chave:** Franciscanos. Petrópolis (RJ). Etnia – Educação. Igreja e Estado. Igreja Católica – Educação. Educação – Aspectos sociais.

**Marco Aurélio Corrêa Martins**  
Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro – UNIRIO Rio de  
Janeiro/RJ – Brasil  
marcoareliocorreamartins@gmail.  
com

### Para citar este artigo:

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Pedagogia e caridade franciscanas na educação: Escola Paroquial étnica em Petrópolis no final do século XIX. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 355-384, set./dez. 2020.

**DOI:** 10.5965/1984723821472020355

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723821472020355>

## Franciscan pedagogy and charity in education: Parochial and ethnic School in Petrópolis in the 19th century

### Abstract

It is known that Franciscan priests established a parish ethnic school at Petrópolis, Rio de Janeiro state, 1896, for the sake of education of the children of ancient German settlers, who have come some decades ago to Brazil. Based on an intuitive pedagogy they have addressed catholic and charitable objectives, acting towards social and religious issues, focusing poor people. Struggling against protestants, the republican laicisation, political liberalism, and other philosophical expressions and policies, inside urban society, they have shaped their performance, counting with the financial contribution from Government and from rich people. They well succeed, acquiring autonomy for their acts and establishing their own financial sources. Their activity was in compliance with neotomism practices and policies from Leão XIII. Franciscan actuation has revealed the absence of social rights policies, but presents explicitly the diffusion of education among poor people. The research is based on journalistic information, taken from published periodicals as sources from the perspective of understanding a social movement from the placement of institutional issues in the public sphere. Theoretical references are linked to Carvalho (2015) and Marshall (1967) with the idea of social law and Ricoeur (2010) in his philosophy of history.

**Keywords:** Franciscans at Petrópolis. Ethnical school. Parish school. Church and republic. Education for the poor.

Dentro de uma pesquisa maior, na qual se pretende ampliar o conhecimento sobre a escolarização católica na capital federal e província/estado do Rio de Janeiro do final do “longo século XIX”, na expressão de Eric Hobsbawm, e sua transição para o “breve século XX”, demos ênfase especial àquilo que chamamos escolas católicas gratuitas ou para pobres. Uma delas foi a escola paroquial étnica dos franciscanos em Petrópolis. A pesquisa maior se apoia nos periódicos da época disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Além disso, como forma de ampliação do escopo de informações e análises, em dissertações, teses e artigos publicados sobre as diversas instituições. Para o presente texto, a principal fonte foi o Jornal *Gazeta de Petrópolis*<sup>1</sup>. A pesquisa em jornais permite uma visão sobre como era vista a instituição no contexto público, partindo de sua própria exposição nesse meio e da exploração desse meio de sua imagem enquanto instituição.

O foco desta pesquisa maior está na compreensão de diversas instituições escolares, procurando destacá-las no contexto e nas classificações que se poderá criar a partir delas. Do ponto de vista teórico, perseguimos os elementos indispensáveis para o entendimento da educação escolar como um direito social, ou, a educação escolar fora daquilo que, a partir de 1930 veio a se tornar um direito social no Brasil. Esse referencial nos abre a possibilidade de dialogar com Marshall (1967) e Carvalho (2015), sob o ponto de vista da filosofia da história de Ricoeur (2010) que procura explicitar o espaço de experiência, as tradições e a tradicionalidade daquele passado na construção de um futuro, como horizonte esperado do tempo histórico observado por esta pesquisa.

A escola franciscana de Petrópolis tem sua continuidade até o presente, pois foi sucedida por outras instituições, mantendo-se como uma escola de ordem religiosa. No entanto, fixamo-nos em sua história até o início da década de 1910, mormente pela sua originalidade, qual seja, ser uma escola paroquial (por estar vinculada a uma paróquia e

---

<sup>1</sup> O jornal foi criado em meados de 1892 substituindo o periódico *O Mercantil*, também editado na cidade de Petrópolis desde 1857, de propriedade de Bartholomeu Pereira Sodré e de seus familiares após sua morte. B. P. Sodré foi vereador em várias legislaturas da cidade e o Jornal está associado à campanha de criação da Câmara Municipal de Petrópolis, em 1859. A propriedade do jornal foi vendida em 1892 para Martinho Moraes & C. Primeiro que alterou o nome do periódico para *Gazeta de Petrópolis*. A *Gazeta de Petrópolis* circulou entre 1892 e 1904. Seu principal redator, desde sua fundação, até 1898, foi Hermogenio Pereira da Silva, importante político da cidade e gestor municipal (funções similares a dos atuais prefeitos) durante quase toda a década de 1890. Em 1898, assumiu a redação Arthur de Sá Earp, sendo esse substituído no final de 1901 por Francisco Martinho de Moraes (PETRÓPOLIS, 1909; EARP, 1997). A presente pesquisa refere-se a esse período em que circulou com o nome de *Gazeta de Petrópolis*.

por ela ter sido criada), sendo uma escola gratuita e mantida por uma ordem religiosa, mas principalmente, por ser uma escola étnica em sua origem.

As escolas étnicas tinham esse nome por adotarem um ensino na língua “natural” do imigrante. No caso dos alemães, podiam ser conhecidas pelo nome de “escola alemã”, como óbvio entender. Para o século XIX, alemão é uma generalização dos povos que vieram a se chamar povo alemão, mas entre eles havia diversidade étnica. Para os brasileiros que os recebiam, viam no termo “alemão” a identidade de estrangeiros com o adjetivo de trabalhador (KREUTZ, 2010, p. 347).

Esses imigrantes, embora em sua diversidade encontrassem, na Alemanha, acesso e ênfases distintos à escolarização, não encontravam a mesma realidade no Brasil. Por isso, as colônias se incumbiam, por iniciativa dos colonos ou por contrato de imigração, a prover as escolas (KREUTZ, 2010; WILLEMS, 1946). Nas colônias, verificava-se um acesso à escolarização maior que o experimentado pelos brasileiros<sup>2</sup>.

Já no final do Império, as colônias alemãs eram vistas com certa preocupação, sobretudo as do sul do Brasil. Falava-se do “risco alemão” já que se mantinham mais ou menos diferentes das outras povoações e pouco permeáveis à brasilidade (WILLEMS, 1946, p. 73). Assim, sobretudo na República, encontramos inspetores combatendo aguerridamente as escolas étnicas por usarem a língua original do colono, ensinarem a história e a geografia originárias desses povos e não a língua, a história e a geografia brasileiras (RODRIGUES, 2009).

No contexto da República, recém-criada, a vinda de ordens estrangeiras merece ser bem compreendida. Nesse caso, a orientação saxônica dos franciscanos em Petrópolis, está diretamente ligada à presença de colonos vindos da atual região da Alemanha. Destacamos, porém, a boa relação desses religiosos junto às autoridades civis republicanas e sua recíproca.

---

<sup>2</sup> Por exemplo, na Colônia de Dom Pedro, em Juiz de Fora - MG, cerca de 80% das crianças em idade escolar (primária) estariam matriculadas (MARTINS, 2019b).

## A relação entre a nunciatura e a colônia alemã de Petrópolis

João Batista Guidi chegou ao Brasil como Auditor da Internunciatura no Brasil em 03 de setembro de 1892, junto com o Núncio Apostólico Dom Frei Jerônimo Maria Gotti (Girolamo Maria Gotti), carmelita. Em 21 de setembro, chegaram a Petrópolis, local da residência de diplomatas desde o estabelecimento da sede imperial durante o verão. Em 1895, Monsenhor Guidi assumiu o posto de Internúncio, no qual permaneceu até 1898 quando foi transferido para Quito, no Equador<sup>3</sup>.

Em Petrópolis, Monsenhor Guidi tornou-se capelão da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, onde celebrava as missas. Essa igreja foi erigida no local onde funcionou o antigo cemitério da Colônia alemã. A Colônia foi criada por D. Pedro II com a administração de seu mordomo, Paulo Barbosa da Silva, e do ex-mercenário de origem alemã, da Mogúncia, Major Júlio Frederico Koeler, engenheiro (prático) de obras públicas da Província do Rio de Janeiro. A fundação da colônia se deu em 1843 e a igreja foi inaugurada em 1877 (CASADEI, 1991).

A igreja foi dedicada à colônia, pois lhe faltavam padres que dominassem a língua alemã e a matriz ficava distante. A iniciativa do padre Theodoro Esch, em 1872, (CASADEI, 1991) propunha uma igreja para os descendentes e imigrantes alemães com uma subscrição aberta por esses moradores. Desde 1855, após a expulsão do Padre alemão Theodoro Wiedemann, a “cura” dos alemães ficou a cargo do sacerdote brasileiro da Paróquia de São Pedro de Alcântara. A expulsão se deu por divergência entre o sacerdote alemão e o brasileiro à época (WILLEMS, 1946, p. 176). Essa renhida foi de tal monta que o Pe. Wiedemann ficou proibido de morar ou ir a Petrópolis (CASADEI, 199, p. 124). Willems (1946) apontou o desfavor dos imigrantes frente aos nacionais como uma regra no Brasil, principalmente quando se tratasse com funcionários públicos. O Padre Wiedemann defendia valores contrários à assimilação dos imigrantes à nacionalidade brasileira (SEYFERTH, 2000, p. 26).

Em 1891, com a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, deu-se início à restauração da Ordem Franciscana. Desde 1855, havia uma portaria do Império impedindo

---

<sup>3</sup> Para maiores informações ver: Notícias no *Jornal do Commercio* de 19 maio 1892, p. 2, 4 set 1892. p. 6, 21 set 1892 p. 2 e *O Apóstolo* de 17 jun 1898 p. 1. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

que as ordens religiosas recebessem noviços. A província franciscana Imaculada Conceição tinha apenas um frade e a província de Santo Antônio menos de 10 frades<sup>4</sup>. A responsabilidade por restaurar essas províncias no Brasil foi dada aos saxões, possibilitando a vinda de frades para Petrópolis com a intercessão de Mons. Guidi (KÜLKAMP, 2000).

No início de 1896, chegaram os primeiros frades a Petrópolis e foram morar em uma casa alugada até a construção do convento anexo à Igreja do Sagrado Coração de Jesus. A pedra fundamental do convento e da escola foi lançada em maio do mesmo ano por monsenhor Guidi, encarregado dos negócios da Santa Sé “para servir de residência aos religiosos franciscanos que vem se encarregar do ensino da escola católica destinado aos meninos da colônia alemã desta cidade.” (PEDRA..., 1896, p. 1).

Já no primeiro ano de sua chegada, os frades abriram a escola “para os meninos alemães, brasileiros e de qualquer nacionalidade”. O anúncio sobre as matrículas na nova escola, assinado pelo superior de Petrópolis, não deixa dúvidas da criação dessa pela iniciativa do Internúncio (ESCOLA..., 1896, p. 3). A mesma Gazeta publicou, em março do mesmo ano, um decreto do município dispensando o “capelão João Batista Guidi”, do imposto municipal para a construção da casa do padre e uma escola gratuita no terreno adjacente à igreja do Sagrado Coração de Jesus (PETRÓPOLIS, 1895, p. 3). Também o *Jornal do Commercio*, ao anunciar uma festa em prol da escola em 1897, atribuiu ao mesmo Monsenhor Guidi a fundação e sua parceria com os frades franciscanos os quais administravam o ensino (FESTA..., 1897a, p. 2). Outra festa em prol da escola foi realizada em 1895, antes mesmo da chegada dos franciscanos (CONCERTO, 1895, p. 2) e em março de 1896, antes da fundação da mesma (O VERÃO..., 1896, p. 1).

A relação da Nunciatura com a fundação da escola indica a existência não de uma espontaneidade, mas de uma intencionalidade estrita, na restauração franciscana via

---

<sup>4</sup> Uma província religiosa é uma unidade territorial agrupada de conventos e outras casas religiosas, não necessariamente contíguas geograficamente. No Brasil, a província franciscana Imaculada Conceição, que correspondia à parte sul do país, foi desmembrada da parte Nordeste em 1657, da então província de Santo Antônio do Brasil. A restauração, modo pelo qual a ordem foi retomada no Brasil, foi solicitada pelos frades restantes no limiar da República. Desse modo, o pedido enviado ao superior franciscano em Roma foi atendido pela província da Saxônia. Assim, é possível entender por que a restauração da Província da Imaculada Conceição do Brasil se iniciou pelas antigas colônias alemãs de Santa Catarina em 1891 (VANBOEMMEL, 2020). Tal pode ser o argumento para a vinda desses missionários a Petrópolis.

Saxônia, observada na história da imigração alemã que destacaremos a seguir. Também pode evidenciar o apoio de determinado grupo republicano à obra da Igreja, especialmente à franciscana, qual seja, aculturar os imigrantes ao perfil brasileiro desejado, culturalmente católico.

### A Escola Gratuita São José e os alemães

Abaixo, as fotos das turmas de 1897, extraídas de Kulkamp (2000), mostram que a escola nasceu com duas turmas: uma para os meninos que falavam somente o alemão (Foto 1) e outra para os meninos que falavam o português (Foto 2). A escola não era exclusivamente étnica, no entanto, deveria receber, “de preferência, descendentes de colonos, devendo-lhes ser facultada a instrução em alemão e português, tornando-se obrigatório o ensino da língua do país para aqueles que não a conhecessem” (INSTITUIÇÃO..., 1897, p. 1); ou para “brasileiros de origem alemã, que até aqui desconhecem a língua pátria” (FESTA..., 1897a, p. 2).

Foto 1: Primeira turma da Escola Gratuita São José (1897): turma de meninos que só falavam alemão. Professor Frei Zeno Walbroehl



Fonte: KÜLKAMP, 2000, p. 107.

Foto 2: Segunda turma da Escola Gratuita São José (1897): turma de meninos que falavam o português. Professor Frei Diogo de Freitas



Fonte: Külkamp, 2000, p. 108.

A crônica do Frei Estanislau Schaette e a *Crônica do Convento*, citadas por Külkamp (2000), apontam o crescimento da escola iniciada com 111 meninos, mas que logo subira para 171 e 230 em um ano. Isso fez com que a escola precisasse ser ampliada, como mostra o pedido de dispensa de impostos municipais para a obra da Escola Gratuita (PETRÓPOLIS, 1898, p. 3). Esse crescimento foi rápido. No final de 1899, uma carta do diretor Frei Cyriaco afirmava haver 409 alunos na escola, divididos em turmas de cerca de 100 alunos (FRANCISCANOS..., 1899b, p. 2). Em 1902, as matrículas chegaram a 430 alunos como publicou o jornal *O Povo* (PETRÓPOLIS, 1902, p. 1).

O *Jornal do Commercio* noticiou com detalhes o funcionamento da escola e afirmava que a matrícula em 07 de janeiro de 1897, data oficial da inauguração da escola, era de 165 meninos, sendo 72 falantes da língua portuguesa exclusivamente, 71 falantes da língua alemã, também exclusivamente, e 22 bilíngues nas duas cidades (INSTITUIÇÃO, 1897, p. 1).

O mesmo crescimento acontecia em relação à Escola das Irmãs de Santa Catarina (CÂMARA..., 1898). As irmãs vieram a Petrópolis por interferências dos franciscanos necessitados de estender a instrução às meninas da antiga colônia alemã. Essa escola funcionou contígua à Escola Gratuita de São José da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus<sup>5</sup> na Rua Montecaseros, 76 (MEMORANDUM, 1896). Em 1902, a escola das Irmãs de Santa Catarina tinha cerca de 390 alunas (PETRÓPOLIS, 1902).

Aludimos, linhas atrás, sobre a preocupação que as colônias alemãs causavam às autoridades, sobretudo referindo-se às colônias do sul do Brasil. Se considerarmos a criação da colônia de Petrópolis em 1843, tendo os olhos na questão da nacionalidade, nota-se, em 1897, pessoas que só se comunicavam em alemão na cidade transformada em capital do estado em 1894 e, anteriormente, sede veraneia da Corte Imperial. Por isso, os jornais davam bastante destaque à iniciativa de Monsenhor Guidi.

Willems (1946) anota o mau tratamento recebido pelo colono alemão em terras brasileiras, o que culminou com a proibição pela Prússia da emigração de seus nacionais para o Brasil. Especificamente sobre Petrópolis, além da disputa entre os padres brasileiro e alemão, já mencionada, com o desfavor do segundo, esse autor descreveu a exclusão de alemães do centro da cidade, criada em 1859, onde metade da população era colona e nenhum vereador tinha origem germânica. A miséria desses colonos foi notada por alguns autores citados por Willems (1946). Semelhante nota encontramos em Stehling (1979) sobre a colônia alemã de Juiz de Fora, contemporânea a de Petrópolis.

Em 1901, o *Jornal Gazeta de Petrópolis* publicou uma matéria criticando a obra e o ensino franciscanos na cidade a pretexto de reclamar da retirada do vigário da paróquia de São Pedro de Alcântara:

Até onde, perguntamos, quererão os Rvdms. Franciscanos estender o seu domínio? Com dinheiro estrangeiro, construíram a obra da igreja do Coração de Jesus. O Hospital de Santa Thereza está sob a direção espiritual dos mesmos, e existe um armazém víveres que recebe valioso auxílio dos Rvdms. Franciscanos, que mantêm uma escola gratuita onde a língua nacional não é ensinada, a história do Brasil é desconhecida, mas onde, entretanto, o alemão é a língua vernácula e a sua história o

---

<sup>5</sup> O nome da escola era Escola Paroquial São José. Muitas notícias de jornal se referem a Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus ou Escola dos Franciscanos.

estímulo ao brio de nossos concidadãos. Não paira em nosso espírito um desejo de hostilidade; o que desejamos é que o Governo do Estado exerça inspeção sobre esses institutos de ensino onde a instrução cívica não é dada aos nossos patrícios como deve ser [...]. (NOVO..., 1901a, p. 1)

Esse tom agressivo<sup>6</sup> manteve-se na edição seguinte, respondendo às diversas críticas que recebeu e, embora se desculpendo quanto ao entendimento de que a questão da paróquia era de jurisdição do bispo diocesano, persistiu no anátema à escolarização proposta pela ordem:

[...] para nós, ou antes entre nós, se torna digna de reparo, e sério, por só ensinar aos nossos patrícios o alemão e a história desse nobre país, dando aos jovens brasileiros, tão somente a razão de Português – uma vez por semana, sendo obrigatória – a língua alemã. (NOVO..., 1901b, p. 1)

Isso ensejou uma resposta mais enérgica de um sacerdote que assinou “Um padre brasileiro” e foi integralmente publicada na edição seguinte como exigido. O “padre brasileiro” deprimiu e repreendeu o redator da *Gazeta de Petrópolis* pelas acusações. Também respondeu à questão da escola de língua estrangeira chamando ao testemunho os avaliadores públicos, dentre eles, Alberto Torres, que assistiram às provas recentes dos alunos da escola e apontando as apresentações teatrais e corais em vernáculo dos mesmos em teatros de Petrópolis e do Rio de Janeiro. Lembrou que Koeler, um dos fundadores da cidade, era alemão como os franciscanos. (INEDITORIAIS..., 1901, p. 2).

Sobre a língua portuguesa, os livros de leituras editados pela Escola Gratuita São José, no início do século XX assim se referiam ao ensino:

Depois da religião, o dom da palavra é o maior bem de cada indivíduo e de toda a sociedade. A LÍNGUA PORTUGUESA, por isso, [...] é a disciplina de maior importância na escola primária. Cada lição tem de oferecer ao aluno ocasião para aperfeiçoar-se no idioma materno, tanto oralmente como por escrito. Em todas as matérias e lições o professor deverá: 1.º

<sup>6</sup> A partir de 1901 a *Gazeta de Petrópolis* muda de editor e se afasta do grupo político de Hermogenio Silva, chefe do executivo da cidade de Petrópolis. Durante os anos em que Hermogenio Silva foi redator-chefe do jornal, as notícias sobre a obra dos franciscanos foram sempre entusiásticas. Adiante, retomaremos essas questões.

explicar as palavras desconhecidas ou menos familiares; 2.º dar ocasião ao aluno para exprimir os seus pensamentos verbal e graficamente; 3.º limitar quanto possível o número de perguntas; 4.º exigir do aluno uma pronúncia correta e expressiva. (SHAETTE, 1922 *apud* GILZ; GUIMARÃES, 2015, p 10-11, Grifo do autor)

Aliás, era a primeira preocupação de Monsenhor Guidi ao propor a criação da escola, já em 1892:

Apenas ali chegou, S. Ex. começou a observar atentamente o espírito religioso da população, verificando que grande massa de descendentes dos antigos colonos católicos de origem, ignorava o português e tinha dificuldades em observar certas práticas da Igreja, que demandam a comunicação com os sacerdotes. Percorrendo os arredores da cidade, as estradas onde habitam os pobres, S. Ex. viu que muitas crianças cresciam, falando apenas alemão e sem meios de receber a instrução elementar. Lembrou-se, então o virtuoso sacerdote de fundar uma instituição que, atraindo os descendentes dos colonos dispusesse de recursos para ensinar-lhes a língua portuguesa, habilitando-os assim a praticar a religião católica sob os ofícios dos padres brasileiros. (INSTITUIÇÃO..., 1897, p. 1)

No que pese o viés caritativo dos franciscanos e mesmo da Igreja Católica, Willems (1946) apontou uma questão relevante para entender outro interesse pelo ensino do português aos meninos que não o sabiam falar. Para esse autor, a Igreja Luterana possuía um forte componente nacionalista e autônomo, enquanto a Igreja Católica era, geralmente, quanto à escolarização dos colonos, passiva à aculturação:

Em outras palavras: acompanhavam, com flexibilidade, as tendências gerais que se faziam sentir na comunidade. Se esta estava substituindo a sua cultura originária, não era a escola que se opunha a esse processo, pois a experiência dos protestantes ensinava que a oposição significava, frequentemente, a perda de controle. (WILLEMS, 1946, p. 402)

Como as autoridades, no parecer de Willems (1946), procuravam fundir rapidamente a cultura alemã com a brasileira, a perspectiva católica era bastante interessante. Do outro lado, para a Igreja também interessava tal estado, uma vez que os evangélicos luteranos se convertiam ao catolicismo quando assumiam a língua nacional brasileira, sendo isso parte dessa assimilação à brasilidade.

Todo teuto-brasileiro evangélico que se assimilasse era um elemento perdido para a Igreja. Bastava a perda da língua para que se tornasse quase impossível praticar a religião. Frequentemente, esses indivíduos, alienados à sua crença pela própria assimilação, converteram-se ao catolicismo e a outros credos protestantes. (WILLEMS, 1946, p. 484)

Os católicos alemães, segundo Willems (1946), tinham boa adesão à hierarquia da Igreja enquanto os protestantes tinham uma relação mais tumultuosa com os pastores, mais diretamente ligados às comunidades. Esse tipo de adesão dos católicos alemães era distinta daquela mais tradicional da sociedade brasileira, ligada a associações e irmandades leigas desde a colônia, ou seja, os católicos alemães eram mais aderentes ao catolicismo do tipo ultramontano.

Do lado protestante, portanto, valorizava-se a manutenção da língua alemã e havia dispersão das comunidades. Somente em 1886, é que se fundou a Igreja Evangélica Alemã do Brasil. Mas, a divisão dos luteranos em três sínodos mantinha alguma confusão entre os adeptos dessa Igreja. Dos três, apenas o Sínodo de Missouri admitia o uso da língua local. Isso deu vantagem aos católicos.

Alencastro e Renaux (1997, p. 329) permitem concluir essa reflexão na afirmação de que as igrejas católicas nas colônias alemãs serviam de meio cultural brasileiro mesmo que o ensino, os cânticos, os rituais fossem em língua alemã. Já as práticas protestantes levavam essa religião a ser fator de preservação da cultura germânica e, para isso, as autoridades protestantes retardaram a formação de um sacerdócio local procurando enviar alemães para as colônias. Enquanto os protestantes usavam a Bíblia para alfabetizar, voltados para a união cultural do povo alemão, os católicos confiavam a interpretação da Bíblia aos padres, dedicando-se a uma educação religiosa.

Em artigos de setembro 1895, a *Gazeta de Petrópolis* levantava questões sobre o plano do estado do Rio de Janeiro para a imigração. Para o redator, havia dois tipos de imigração: uma por contrato de trabalho, modalidade questionada internacionalmente, inclusive proibida por Portugal, Itália e Espanha, mas permitida no Brasil; a outra imigração era por colonização na qual o imigrante recebia um lote comprado por valores subsidiados etc. e faria a pequena agricultura própria e trabalharia nas grandes fazendas. Como o estado do Rio de Janeiro era menos competitivo que São Paulo e Minas Gerais na

atração dos imigrantes por contrato de trabalho, caberia essa solução, propunha o redator, pois fixaria o imigrante e o tornaria nacional, trazendo suas famílias e educando seus filhos na nova nação. A imigração alemã para Petrópolis na década de 1840 era parecida com o proposto (A COLONISAÇÃO..., 1895a; A COLONISAÇÃO..., 1895b; COLONISAÇÃO, 1895). O apoio do jornal à Escola de São José, dando espaço à mesma nas edições, denota coerência. Além disso, sabendo que o principal redator, Hermogenio Silva, também era agente do executivo local, fica explícita a sua relação com o projeto do governo federal nesse tema. Hermogenio era alinhado em Petrópolis com o Presidente do Estado, José Thomaz da Porciúncula e com o governo da República, Prudente de Moraes<sup>7</sup>.

### A pedagogia franciscana em Petrópolis

O *Jornal do Commercio*, em 1897, nos deu uma boa descrição da pedagogia franciscana na Escola Gratuita São José. O prédio de dois pavimentos tinha, no térreo, as duas salas de aula com antessalas e corredor com cabides para os alunos, refeitório, cozinha e as oficinas em construção. No pavimento superior se localizava o convento. Segundo o Jornal, entre os 15 franciscanos chegados a Petrópolis, superior, frades, noviços e leigos, havia sapateiros, alfaiates, arquitetos, pedreiros, carpinteiros e marceneiros.

Os alunos, diz o longo artigo, moravam longe e precisavam andar muitas léguas. Chegavam às 9 horas da manhã e saíam às 13 horas, exceto aqueles que não falavam o português, pois receberiam essa instrução durante uma hora após o horário de saída dos demais. Ainda segundo o periódico, os meninos eram de várias classes sociais e estudavam juntos, sendo tratados igualmente,

---

<sup>7</sup> Os demais jornais citados nesse artigo, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *A Imprensa*, *O Paíz*, também são de viés republicano à época. Alguns deles com colaboração e propriedade de Ruy Barbosa, propugnador do método intuitivo no Brasil, prática adotada pelos franciscanos na Escola São José. Outras matérias desses jornais contribuem para a percepção de alinhamento entre esse grupo de republicanos e os franciscanos de Petrópolis como a participação dos religiosos nas missas de exéquias dos soldados mortos em Canudos, rezadas na cidade (GAZETILHA, 1897), e a participação em festas cívicas promovidas pelo Presidente do Estado, Alberto Torres, como a recepção ao Gen. Roca, presidente da Argentina (PELA..., 1899).

[...] uns vestidos e calçados com esmero, embora sem riqueza, e outros descalços, com a roupinha velha, que lhes permite a pobreza dos pais. Todos, porém, se confundem nos bancos e brincam juntos em recreio, no pátio da igreja, sob as vistas do frade professor, repartindo o pão, os frutos, os doces, que levaram para a merenda. (INSTITUIÇÃO..., 1897, p. 1)

Esse ideal de igualdade, longe de ser rousseauneano, devia ser uma exposição da fraternidade preconizada pela Igreja, a partir da aceitação da própria sorte pelo indivíduo, gerando uma sociedade de classes harmônicas, como preconizado na encíclica *Rerum Novarum* (LEÃO XIII, 1891). É preciso notar uma dupla direção na pedagogia franciscana da Escola São José: o nacional e o religioso. O componente nacionalizante, não contemplado oficialmente pela política pública de educação daquele tempo, mas contestadana prática aqui descrita, demonstra um grupo republicano apoiando uma ordem religiosa na “transformação” dos filhos de antigos colonos imigrantes em nacionais brasileiros, através da escolarização e de seu correlato religioso, a catolização desses remanescentes da imigração. A direção religiosa dessa pedagogia, tomada como social no nosso tempo, estava contida na noção de “caridade”: não apenas é caridade dar escolas ao pobre e deles cuidar, mas é caridade ensinar a todos, independentemente de sua situação socioeconômica. Nesse caso, a pedagogia e o ensino escolar, são, portanto, instrumentos da caridade.

Acompanhando a descrição da escola pelo *Jornal do Commercio*, podemos notar haver duas salas em 1897, uma para cada turma. Na sala maior havia retratos: o Papa, o Presidente da República, o Imperador da Alemanha e Monsenhor Guidi. Nessa sala, os 93 alunos recebiam instrução do frade franciscano alemão e possuía, segundo o jornal, “quatro grandes mapas, dois globos geográficos, máquina de leitura, contador mecânico, diversos quadros úteis ao ensino da Física e da História Natural e uma modesta biblioteca” (INSTITUIÇÃO..., 1897, p. 1). O frade alemão falava português, mas instruía em língua alemã. Eis a detalhada descrição do currículo:

As matérias ensinadas na escola são: gramáticas das línguas portuguesas e alemã, caligrafia, aritmética, geografia, história do Brasil, noções da história universal, de física e química, e história natural, desenho e música vocal. Os alunos devem estudá-las em quatro anos, de modo que em

cada semestre haja uma matéria especial, a que sejam consagradas dois terços das lições.

No primeiro semestre o fim principal é ler e a isso os meninos dedicarão dezesseis horas por semana. O resto do tempo é empregado em escrever letras e palavras, segundo o sistema legográfico e em exercícios de conversação.

No segundo semestre a matéria principal é contar; a acessória, ler e escrever. No terceiro, estuda-se especialmente o português, aplicando-se ao menos aos exercícios de ortografia por meio de máximas e cópias, soletração mental e pequenas composições; ler e contar são matérias acessórias.

No quarto, deve-se principalmente obter o conhecimento do país natal pelo ensino intuitivo<sup>8</sup>; gramática do português e contar são estudos acessórios. No quinto, o aluno aprende especialmente geografia do Brasil e noções de geografia universal, fazendo, em segundo lugar, exercícios de escrever cartas e contas. No sexto, os meninos devem consagrar-se sobretudo à história natural, tendo por objeto principal as riquezas vegetais, as aves e os mamíferos do Brasil; cabendo-lhes depois estudar noções de física e desenho. No sétimo, estuda-se especialmente história do Brasil e noções de história universal e acessoriamente geografia.

No último semestre, o fim principal do ensino é aplicar toda a instrução recebida aos fatos da vida cotidiana. Como matéria acessória estudam-se noções de química e de literatura nacional.

O ensino religioso consiste em ligeiras preleções ao alcance dos alunos e em cânticos, entoados diariamente na abertura e no encerramento das aulas. (INSTITUIÇÃO..., 1897, p. 1)

Além de aulas para as crianças, havia aulas noturnas de ler e escrever para 50 homens trabalhadores, das 7 às 8 horas e, nos sábados à tarde, aulas com noções de desenho, arquitetura e construção para artistas e operários. Como os salesianos, os franciscanos tinham uma preocupação em desenvolver o aspecto profissional dos alunos pobres, como era comum no pensamento da época. E como os salesianos, os franciscanos de Petrópolis também ofereciam profissionalização em artes industriais e urbanas (MARTINS, 2020). Havia reuniões periódicas entre os professores da escola, às sextas-feiras à noite, como afirmaram as *Crônicas do Convento* ([s.a, s.d], ano apud KÜLKAMP, 2000, p. 113).

Castigos físicos não eram bem tolerados pelo público no final do século XIX, ao menos aquele público que se manifestava nos jornais. Nas escolas públicas do estado do

---

<sup>8</sup> O ensino intuitivo ou “lições de coisas” foi bastante difundido no século XIX embora tenha origem nas escolas de Pestalozzi na Europa, baseado na intuição sensível. Utilizava materiais como os descritos no artigo do *Jornal do Commercio*.

Rio de Janeiro, o castigo físico era legalmente proibido. Em 1899, os frades castigaram com varadas de marmelo dois alunos. Esse fato rendeu algumas matérias nos jornais, principalmente em *A Imprensa* cujo redator, Ruy Barbosa, denunciou e publicou por dois dias seguidos a notícia.

Segundo *A Imprensa*, a denúncia de espancamento chegou ao delegado de polícia que foi até a escola verificar. O médico legista destacou marcas de varadas nas crianças e foi instaurado um inquérito criminal. Segundo o legista, um dos meninos tinha equimoses de mais de dez centímetros e, por isso, o redator Ruy Barbosa pedia justiça pelo ato por ele considerado bárbaro e contrário a fé dos frades (PADRES..., 1899a, p. 1). No dia seguinte, o jornal dava mais detalhes sobre o ocorrido e afirmava que a polícia sofria pressão para “abafar” o caso do “espancamento dos menores” e um dos pais tinha entregue autorização por escrito aos frades para o castigo. O redator conclamava o Estado a tomar as medidas de justiça a despeito do “espírito fraco” do pai ao que chamou de “seviciamento bárbaro” (PADRES..., 1899b, p. 1).

A *Gazeta de Petrópolis* esclareceu um pouco a questão ao dar vazão a um “dizem” sobre um menino ter tentado esfaquear o outro na escola: “Quanta gente por aí não está precisando da severa lição de Frei Benigno!”, afirmou o redator (DE MONÓCULO, 1899, p. 1). Alguns dias depois, a mesma *Gazeta* informava que, conforme apurou o delegado de polícia, o castigo não foi tão severo e o menino estava de volta às aulas no dia seguinte e brincava com os colegas ([SEGUNDO...], 1899, p. 1). Havia, no entanto, suposições de pressão sobre os pais e sobre as autoridades para encerrarem a questão.

Esses eventos levaram o frei Cyrilo, superior dos franciscanos e diretor da escola, a escrever ao redator de *A Imprensa*, Ruy Barbosa, que publicou, na íntegra, a carta e se desculpou. Segundo o franciscano, os fatos eram verídicos, mas o castigo não fora severo ou bárbaro como o noticiado, embora desagradasse ao diretor. Ainda assim, conquanto o regulamento público só proibisse castigo físico nas escolas oficiais, esse foi autorizado pelos pais devido às repetidas reincidências do menino. Nada que necessitasse qualquer tratamento médico ou coisa parecida, apesar de ter levado, segundo o próprio frade, algumas “vergastadas” com vara de marmeleiro. E por isso, lamentava o sacerdote:

Só quem conhece o penoso trabalho do ensino, poderá com justeza avaliar quanto é difícil a um professor manter a ordem e a disciplina em uma aula de cerca de 100 meninos como tem cada uma das de nossa escola. Depois de esgotados todos meios brandos de punição, não resta muitas vezes ao professor senão expulsar o aluno culpado ou castigá-lo corporalmente. Quais destas duas penas é preferível, só aos pais compete decidir. (FRANCISCANOS..., 1899a, p. 1)

Explicou o frade ao redator que não há satisfação no castigo ao aluno, mas tem em vista a educação dos meninos: “[...] não temos outro objetivo que não seja o bem temporal e espiritual deles e de seus pais; para o que despendemos dinheiro e fadigas, e sacrificamos saúde e vida” (FRANCISCANOS..., 1899a, p. 1).

A despeito da questão educativa que o evento evoca, no contexto da narrativa da atuação pedagógica dos franciscanos na Escola Gratuita, se trouxermos novamente a questão do apoio republicano à causa e a mudança que há, no ano dos fatos narrados, no governo da República, especialmente o ano de 1899, a crítica aos mestres religiosos coincide com a exata passagem do governo de Prudente de Moraes, para o grupo político de Campos Sales. O primeiro grupo político republicano era representado por Hermogenio Silva, Porciúncula e Alberto Torres, defensores da urbanização e industrialização. No segundo grupo político estava a elite cafeeira que retornava ao poder político após a Proclamação da República. A posição franciscana vai se notar na proposição, também, de uma educação profissionalizante, voltada para os valores industriais.

Através da educação profissionalizante, buscava-se modo de destinar os meninos pobres para o mundo do trabalho como forma de dar-lhes meios de sustento, quando maiores, e afastá-los de práticas socialmente desaprovadas, como a apontada no evento do castigo físico. Foi assim que o Frei Cyrilo comprou de uma tipografia falida uma máquina tipográfica. Essa máquina, guardada embaixo da escada, segundo a Crônica do Convento ([s.a, s.d] *apud* KÜLKAMP, 2000, p. 116), foi restaurada por Frei Inácio Hinte, conhecedor da técnica gráfica, juntamente com alguns alunos.

Com o funcionamento dessa máquina, os frades iniciaram a impressão de livretos religiosos, e o Frei Hinte, a impressão de livros didáticos a partir de 1901. Esses livros se tornaram muito populares em várias escolas do país até 1970 (GILZ; GUIMARÃES, 2015).

Essa tipografia deu origem à Editora Vozes em 1911. Dos quatro livros de leitura, três foram escritos pelos professores da Escola Gratuita São José, sob a orientação do Frei Bruno Heuser e outro, o terceiro da coleção de quatro, ficou a cargo somente dos professores. Em 1923, esses livros eram comercializados pelo Apostolado da Boa Imprensa, conforme anúncio no jornal (LIVROS..., 1923, p. 4).

Segundo Giltz e Guimarães (2015), o primeiro livro de leitura foi publicado em 1904 e, em 30 edições imprimiu cerca de 300 mil exemplares<sup>9</sup>. Esse compêndio introdutório pretendia iniciar o aprendizado da leitura e escrita e se desdobrava para o segundo. Os outros dois livros incluíam uma parte para iniciar o estudante em história natural, física, geografia e história do Brasil (GILZ; GUIMARÃES, 2015). Além dessas quatro “cartilhas”, houve ainda uma de aritmética compilada pelos professores da escola de autores modernos em 1910 (KÜLKAMP, 2000).

Na conclusão de uma comunicação de pesquisa, os autores Gilz e Guimarães destacaram, dentre outros temas:

Contrastam os livros de Leitura da Escola Gratuita São José em relação a outros materiais didáticos da época ao assinalar – como intencionalidade educativa – a formação de um aluno cristão, aplicado, econômico, obediente, grato, verdadeiro, cauteloso, satisfeito, piedoso, sóbrio, respeitador das coisas alheias, solidário, dado ao apreço da família e ao cuidado dos animais. Contrastam, enfim, ao apresentar possíveis silenciamentos e ausências de algumas questões que mobilizavam a Igreja Católica (e até mesmo os Franciscanos) com relação ao processo de laicização da educação no Brasil e dos projetos educacionais republicanos. (GILZ; GUIMARÃES, 2015, p. 13)

Pode-se entender esse silenciamento a partir da relação estabelecida entre o trabalho dos frades estrangeiros e o novo governo de modelo republicano, apesar da boa relação entre a ordem dos franciscanos e as autoridades republicanas daquele momento. No entanto, o que se pode depreender da citação anterior é que a escola usava de uma pedagogia própria para ensinar, segundo os princípios católicos, em meio a uma sempre maior presença do ensino público, apontado como laico. Isso foi assunto de um artigo no jornal comentando uma festa de Natal em 1900:

---

<sup>9</sup> Para Kulkamp (2000) é mais provável que fosse 1901, versão baseada em uma fotografia daquele ano.

Tal resultado em uma cidade como esta, onde abundam as escolas públicas e outros estabelecimentos de instrução, revela da parte dos diretores da escola gratuita, muito trabalho e extraordinária dedicação no desempenho de sua altíssima tarefa. ([OS FESTEJOS...], 1900, p. 1)

O crescimento da escola levou, em 1911, diante do crescimento da cidade e da população, à criação de uma “filial” na igreja de Santo Antônio no Alto da Serra. Em 1937, essa escola foi entregue às irmãs franciscanas de Itapagipe, as quais abriram outra noturna para operários no ano seguinte (KÜLKAMP, 2000).

Outro elemento de sucesso na história franciscana de Petrópolis foi a criação do coral “Canarinhos de Petrópolis”; fruto das atividades artísticas incentivadas pelos frades, os Canarinhos foram oficialmente criados na década de 1940, mas sua raiz está na origem da Escola Gratuita.

### Escola para pobres e sua manutenção

Antes da fundação da escola, a elite petropolitana ajudava na obtenção de fundos para a mesma. Em 1895, um concerto no Theatro Lyrico da capital federal tinha como objetivo a criação da escola (CONCERTO, 1895, p. 2). Em 1896, foi realizada uma festa no Palácio de Cristal em benefício da escola gratuita proposta pelo Monsenhor Guidi. Essa festa elegante, conforme afirmou o redator do *Jornal do Brasil*, foi promovida pela elite da cidade de Petrópolis em prol da “civilizadora” obra (O VERÃO..., 1896, p. 1).

Quando Monsenhor Guidi fundou a escola junto com os franciscanos, em 1897, a atuação artística, como forma de arrecadar fundos, foi bastante anunciada nos jornais. O *Jornal do Commercio* dava logo em julho as notícias da “Festa da Caridade” realizada todos os anos com o concurso de “distintas senhoras” e “de artistas e amadores conhecidos do público”. (FESTA..., 1897a, p. 2). A festa que seria no dia 26 foi adiada para 09 de agosto. Como esgotaram-se os ingressos, outra apresentação foi marcada para o dia 16 de agosto do mesmo ano. Esse tipo de festa era bem comum e atendia a várias necessidades sociais. Por exemplo, nesse mesmo ano de 1897 aconteceram várias festas da caridade em prol das famílias dos soldados mortos na Guerra de Canudos e outras para várias instituições sociais.

As festas da caridade são um importante evento para entendermos a ausência ou deficiência do direito social na sociedade brasileira do século XIX. É a caridade pública, em seu viés católico, mesmo entre positivistas e liberais, que sustenta a ação social (MARTINS, 2019a). Os jornais são cheios de anúncios de companhias de seguro etc. vendendo segurança para órfãos, viúvas e inválidos por acidente de trabalho.

As festas da caridade, por serem iniciativas da elite e elitistas, voltadas para os pobres, vendiam ingressos e quitutes a preços altos como narra um articulista:

tudo quanto Petrópolis tem de mais distinto e de mais elegante na diplomacia, nas finanças, nas letras e nas artes correu ao Palácio de Cristal, para prestar o concurso de suas pessoas e de sua contribuição pecuniária, para civilizadora ideia que animou aquela extraordinária festa. (O VERÃO..., 1896, p. 1)

Ou, como narrou-se sobre a festa do Teatro São Pedro de Alcântara, “pelos cadeiras, frisas e camarotes viam-se senhoras e senhoritas da nossa melhor sociedade ostentando ricas e luxuosas *toilettes* de variegadas cores e do mais aprimorado gosto, dando assim um tom alegre e feérico à sala” (FESTA..., 1897b, p.2). Assim, a elite podia se divertir e ajudar as boas obras como a da Escola Gratuita São José: “Quanta dedicação se encontra na sociedade fluminense em favor das sociedades caritativas, dos asilos de infância e dos grupos que se formam para promover a caridade!” (GRANDE..., 1897, p. 2).

As festas de natal eram fonte riquíssima para a Escola Gratuita. De um lado, educavam e alegravam as crianças, de outro, financiavam a escola. Em função desse festejo, em 1899, uma lista angariou para a escola dos franciscanos hum conto de réis e 700 mil réis para as irmãs da escola gratuita de Santa Catarina, recebidos de 17 doadores listados pelo jornal ([PARA COMPRAS...], 1899, p. 2). Encontramos notícias anuais dessa festa desde 1898 até 1904. Algumas delas para a construção da capela de Santo Antônio no Alto da Serra onde, já ficou dito, foi construída, também, uma escola gratuita em 1910 (PETRÓPOLIS, 1910, p. 4). Muitas dessas festas eram transformadas em recitais nos teatros de Petrópolis nos quais se arrecadava dinheiro com a venda de ingressos (THEATRO..., 1901, p. 4).

A impressão de livros na escola era uma importante fonte de renda e, em 1909, eram reconhecidas, como nos deixa clara a notícia da publicação de romances pela tipografia do Frei Pedro Sinzig<sup>10</sup> (GUANABARA, 1909, p. 2). Além de romances e obras piás, já nos referimos às cartilhas, que muito sucesso renderam por muitos anos (LIVROS..., 1923, p. 4).

Doações privadas também fazem parte da manutenção de estabelecimentos educativos como a Escola dos Franciscanos. Em 1898, o Sr. Comendador José Rodrigues Sucena doou 5 contos de réis “para os institutos fundados nesta cidade por monsenhor Guidi” ([REGRESSOU...], 1898, p. 1).

Em 1900, o Imperador da Alemanha<sup>11</sup> fez uma doação específica para a escola franciscana em Petrópolis. Essa doação, noticiada pela *Gazeta de Petrópolis* ([O IMPERADOR], 1900, p. 1), afirmou que o valor era de quatro mil marcos e talvez seja esse o motivo da afirmação na mesma *Gazeta* de um ano depois sobre ser uma escola alemã, financiada por alemães na polêmica a respeito do suposto novo pároco sobre quem nos referimos anteriormente. Também como já dissemos, a escola recebeu material, em 1903, vindo da Alemanha e obteve despacho livre de direitos aos objetos pelo Ministro da Fazenda (NOTICIÁRIO, 1903, p. 1).

Também os governos, nas suas diversas esferas, colaboravam, mormente pela dispensa de impostos. A *Gazeta de Petrópolis*, tendo como redator Hermogenio Silva, mostrou a colaboração do governo com os franciscanos em sua obra educativa na capital do Estado do Rio. De outro lado, os franciscanos, assim como outros religiosos em sua condição de estrangeiros, procuravam um relacionamento amistoso e colaborativo com os governos republicanos da Primeira República tendo, alguns deles, participado de eventos como nas expedições contra Canudos como é o caso de Frei Sinzig ainda antes de sua ordenação sacerdotal na Bahia<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Frei Sinzig fundou o “Centro da Boa Imprensa” em 1910 e deu nova orientação a *Revista Vozes de Petrópolis*. FREI Pedro Sinzig. Disponível em <https://quemsomos.franciscanos.org.br/personagens/frei-pedro-sinzig/>. Acesso em 14 nov. 2018.

<sup>11</sup> Guilherme II era o imperador da Alemanha e rei da Prússia.

<sup>12</sup> Sobre essa campanha ao lado do exército republicano Frei Sinzig escreveu nas *Reminiscências d'um frade*. SINZIG, Pedro. **Reminiscências d'um frade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1925. Destaco aqui, mais uma vez, a relação dos religiosos com ações do Governo Prudente de Moraes, como a Guerra de Canudos.

Por fim, vemos uma prática bem originária dos franciscanos, citada pelos mesmos em Petrópolis, em um confronto entre o Frade Pedro Sinzig e os anarquistas, no Círculo Operário 1º de Maio em Petrópolis<sup>13</sup>; a prática de esmolar:

Lá está sentado meu confrade Frei Paulo que, todos os dias, ensina vossos filhos na escola gratuita que dirige. Nesta e na outra que temos em Petrópolis, mais de 500 meninos. As Irmãs de S. Catarina ensinam centenas de meninas. Gratuitamente. Onde estão as escolas que os srs anarquistas fundaram e mantém?

- Ah! Nós não temos dinheiro!

- Eu e meus confrades tampouco. Mas nós batemos às portas dos ricos a pedi-lo pelos filhos dos pobres, e para isso, parece, que também a vossos olhos os ricos ainda servem... (UM MAGNÂNIMO..., 1913, p. 2)<sup>14</sup>

Esse emaranhado de situações que permite a manutenção reafirma a falta de uma política pública de educação escolar, ainda não proposta como direito social. Competiam à sociedade as iniciativas de escolarização, um viés liberal de *self made man* responsável pela demora na construção de um sistema público com uma escola nacional, pública e gratuita no país.

### A guisa de encerramento

Finalizando, levantamos algumas questões a considerar na temática proposta no contexto da história da educação brasileira e sua inter-relação com a história da Igreja católica no Brasil.

Em primeiro lugar, a educação de meninos pobres, promovida pelos franciscanos em Petrópolis, não é um fato isolado. Muitas escolas como essas estavam espalhadas pela capital do país, por exemplo: ligadas a paróquias, ordens religiosas masculinas e femininas, Irmandades e outras associações leigas etc. Além disso, a atenção aos pobres

<sup>13</sup> Essa matéria foi redigida sobre outra publicada pela revista *Vozes de Petrópolis*, editada pelos próprios franciscanos em Petrópolis. Frei Sinzig, em sua obra religiosa, foi um opositor às ideias anarquistas.

<sup>14</sup> Uma análise interessante sobre esse embate entre franciscanos e anarquistas em Petrópolis está em Bilhão (2016). A autora toma como análise a postura apologética do frade franciscano e diversidade de atuação católica no campo da defesa de seus ideais dando luz àquilo que a apologética do franciscano não podia, evidentemente, apresentar.

faz parte do carisma franciscano. O que se deve destacar, nessa experiência em especial, é a caridade franciscana voltada para o ensino, de modo que a educação escolar estava classificada entre as ações de caridade. Essa prática da escolarização foi comum aos franciscanos em terras brasileiras, na colônia e na Primeira República.

Bom destacar mais dois aspectos na questão da educação/caridade: o ensino da língua portuguesa com conseqüente incorporação do “estrangeiro” à cultura nacional, também um aspecto da ação caritativa e a predisposição profissionalizante contida nesta instrução escolar.

Ainda que Carvalho (2015) proponha a existência de um direito social no Brasil anterior aos direitos civis e políticos, no século XIX e início do XX a escolarização não era tida como um direito social. Conquanto os franciscanos não tivessem, e nem poderiam ter, a intenção de escolarizar todas as crianças, o grande número de meninos em sua escola, expandida para uma filial noutra bairro da cidade de Petrópolis e pela atração das Irmãs de Santa Catarina para a instrução das meninas, colocam a escolarização no centro de uma questão desdobrada, cada vez mais intensivamente, na direção de sua ampliação e maior alcance na sociedade.

Apesar disso, entendemos que a educação escolar no Segundo Império e Primeira República está marcada por um viés liberal cuja instrução é do interesse da sociedade e não papel ou função do Estado, embora este tenha procurado sempre expandir a oferta, sobretudo na capital do país. A Igreja, por sua vez, em proveito dessa “liberdade de ensino”, tentou ocupar ao máximo posições na instrução escolar das crianças como forma de manutenção da fé católica no centro da formação cultural do povo brasileiro.

Sendo os primeiros franciscanos saxões, como aqueles aos quais pretendiam ensinar a língua brasileira, não se pode deixar de notar a diferente perspectiva de escolarização católica em contraposição à escolarização luterana. Essa Escola Gratuita de São José, paroquial, religiosa, é ainda uma escola étnica. Trazer os filhos dos colonos à língua nacional permitia trazê-los, também, à religião nacional, ou àquela que foi a religião nacional oficial do Brasil até 1891. Ao fazê-lo, os franciscanos parecem atender a um clamor que se levantava sobre a nacionalização desses colonos. Como dissemos, mais de 50 anos após o início da imigração para Petrópolis, muitas crianças tinham apenas o alemão como língua.

Um aspecto importante na construção de oficinas de artes relativas às áreas urbanas e industriais, com o ensino de ofício aos meninos e homens da extinta colônia, foi que os franciscanos incorreram noutra valor acalentado pela sociedade de então; segundo ela, o pobre precisa ter meios de sua própria subsistência, oferecendo à sociedade um trabalho digno e dignificante, dada a ausência desse direito social. De modo mais pertinente, esses ofícios eram aqueles do tipo requerido ao crescimento urbano e da pretensão de industrialização do período.

Esses aspectos colocam os religiosos estrangeiros em sintonia com as autoridades locais e nacionais. De ambos os lados, as manifestações de apreço são comuns. Assim, os franciscanos procuram respeitar as autoridades constituídas colocando-se em consonância com os anseios sociais de então, enquanto expõem à sociedade e aos dirigentes o valor (e/ou o poder) social e cultural da Igreja.

Segundo uma visão tomista, ou neotomista, preconizada em Leão XIII, a da cooperação de classes, compete ao Estado contribuir para o desenvolvimento das classes mais necessitadas, sempre com vista à ordem, concórdia social e ao interesse comum. Do mesmo modo, pelo princípio da justiça distributiva tomista, compete aos ricos acudir os mais pobres, conforme norma da caridade cristã. Ao franciscano, fiel à espiritualidade do fundador, esmolar passa a ser o meio e o método de realizar duas obras: desenvolver no rico a caridade e restituir ao pobre a justiça na distribuição dos bens.

A pedagogia franciscana é uma pedagogia moderna, antenada com os principais meios de instrução popular reclamados por aquela época. Possuía um método intuitivo, em voga no Brasil, apesar de o escolanovismo já existir na Europa e substituir aquele. A ordenação pedagógica dos tempos escolares, a disciplina escolar com vistas à formação do caráter, o ensino das ciências físicas e biológicas, a história e a geografia, a ênfase na leitura, tudo isso reivindica um passo consonante com o debate pedagógico do momento.

A produção de material didático próprio e as reuniões docentes constantes apontam uma forma muito peculiar daquela pedagogia. A composição entre ensino profissionalizante, emancipatório do pobre por lhe diminuir a dependência da caridade pública (dos ricos e do Estado), e a formulação de material pedagógico para a própria instrução escolar da instituição, abriu um caminho de autossuficiência da escola com a

realização de trabalhos geradores de renda. De um só modo, emancipa pelo trabalho o estudante e a sua escola.

Por fim, embora imbuídos de um ideal religioso estrito, os religiosos não passam ilesos à política do estado. Cooperam com uma visão política específica de governo da República, enquanto essa tem consonância com sua experiência prática de educação.

## Referências

A COLONISAÇÃO no Estado do Rio. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IV, n. 69, p. 1, 7 set. 1895a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1469>. Acesso em: 14 nov. 2018.

A COLONISAÇÃO no Estado do Rio (continuação). **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IV, n. 70, p. 1, 11 set. 1895b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1473>. Acesso em: 14 nov. 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiz. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. v. 2, p. 293-335.

BILHÃO, Isabel. Combates pela educação operária: aspectos da reação católica à criação de Escolas Modernas no Brasil (1900-1920). **Educar em revista**, Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.43357>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASADEI, Thalita de Oliveira. **Petrópolis: relatos históricos**. Petrópolis: Ed. Graf. Jornal da Cidade, 1991.

COLONIZAÇÃO. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IV, n. 72, p. 1, 18 set. 1895.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1481>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CONCERTO. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IV, n. 89, p. 2, 20 nov. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1550>. Acesso em: 06 jun. 2017.

DE MONÓCULO. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IX, n. 141, p. 1, 27 nov. 1899.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/3863>. Acesso em: 16 maio 2017.

EARP, Arthur Leonardo de Sá. **Hermogenio Silva**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1997. Disponível em:

[http://www.ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/alse19970822.htm](http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/alse19970822.htm). Acesso em: 14 nov. 2018.

ESCOLA pública gratuita. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano V, n. 91, p.3, 11 nov. 1896.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1959>. Acesso em: 30 maio 2017.

FESTA da Caridade. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 77, n. 197, p.2, 14 jul. 1897a.

Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_08/25377](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/25377). Acesso em: 16 maio 2017.

FESTA da caridade. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 197, p. 2, 10 ago. 1897b.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/085669/7332>. Acesso em: 16 maio 2017.

FRANCISCANOS de Petrópolis. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, ano II, n. 427, p. 1, 07 dez.

1899a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245038/1763>. Acesso em: 30 maio 2017.

FRANCISCANOS de Petrópolis. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IX, n. 147, p. 2, 12 dez

1899b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/3888>. Acesso em: 30 maio 2017.

GILZ, Claudino; GUIMARÃES, Maria de Fátima. Livros de leitura da Escola Gratuita São José: registros tipográficos da contribuição dos franciscanos à história da educação no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. [Florianópolis: UFSC/UFES, 2015. Disponível em

<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#C> Acesso em 05 jun. 2017.

GAZETILHA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 77, n. 70, p. 1, 11 mar. 1897.

Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_08/24174](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/24174). Acesso em: 13 jun. 2017.

GRANDE festa de caridade. **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 4695, p. 2, 11 set. 1897. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_02/18737](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/18737). Acesso em: 06 jun. 2017.

GUANABARA, Alcindo. Petrópolis. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 719, p. 1, 09 dez. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245038/7928>. Acesso em: 13 jun. 2017.  
INEDITORIAIS; O novo pároco? **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano XI, n. 10, p. 1, 22 jan. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/4596>. Acesso em: 16 maio 2017.

INSTITUIÇÃO útil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 77, n. 71, p. 1, 12 mar. 1897. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_08/24182](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_08/24182). Acesso em: 16 maio 2017.

KREUTZ, Lúcio. Educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 347-370.  
KÜLKAMP, César. **Fraternidade em currículo**: uma história do Colégio Bom Jesus Canarinhos em Petrópolis. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LEÃO XIII. **Encíclica Rerum novarum**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 14 jun. 2017.

LIVROS escolares. **A União**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 91, p. 4, 15 nov. 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/799670/5249>. Acesso em: 05 jun. 2017

MARSHALL, Theodore. H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, Theodere. H. **Cidadania, classe social e “status”**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-87.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Profissionalização de pobres em escolas católicas do Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 481-510, out. 2020. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/60161>. Acesso em 05 nov. 2020.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. A caridade na ausência da cidadania: Escolarização católica gratuita de crianças pobres no Rio de Janeiro na transição Império-República. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 2, p. 341-357, 2019a. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/56705>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. As escolas da Colônia de D. Pedro II em Juiz de Fora e acesso à educação primária na transição do Império à República. In: ROCHA, Marlos Mendes da (org.). **A longa constituição da modernidade educacional brasileira**: experiências educacionais de Minas Gerais e Capital da República (final do séc. XIX até década de 1930). Curitiba: CRV, 2019b. p. 19-46.

MEMORANDUM. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano V, n. 88, 31 out. 1896, p. 2.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/304808/1946>. Acesso em: 06 dez. 2020.

NOTICIÁRIO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 115, 25 abr. 1903, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_02/6656](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/6656). Acesso em: 13 jun. 2017.

NOVO parocho? **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano XI, n. 08, p. 1, 17 jan. 1901a.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/4587>. Acesso em: 16 maio 2017.

NOVO parocho? **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano XI, p. 1, n. 09, 19 jan. 1901b.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/4591>. Acesso em: 16 maio 2017.

[O IMPERADOR da Alemanha]. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano X, n. 61, 25 maio 1900, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/4163>. Acesso em: 13 jun. 2017.

[OS FESTEJOS do Natal]. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano X, n. 05, 11 jan. 1900, p. 1.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/3937>. Acesso em: 05 jun. 2017.

O VERÃO em Petrópolis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 83, p. 1, 24 mar. 1896.  
Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_01/5750](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_01/5750). Acesso em: 05 jun. 2017.

PADRES Franciscanos; menores surrados. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, ano II, n. 416, p. 1, 26 nov. 1899a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245038/1719>. Acesso em: 30 maio 2017.

PADRES Franciscanos; menores surrados. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, ano II, n. 417, p. 1, 27 nov. 1899b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/245038/1723>. Acesso em: 30 maio 2017.

[PARA COMPRAS de mimos do Natal]. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 311, 7 nov. 1899, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_03/20853](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/20853). Acesso em: 06 jun. 2017.

PEDRA fundamental. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano V, p. 1, n. 39, 13 maio 1896.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1749>. Acesso em: 30 maio 2017.

PELA nossa cidade. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano IX, n. 104, 31 ago. 1899, p. 1.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/3715>. Acesso em: 13 jun. 2017.

PETRÓPOLIS. Assembleia Municipal. Resolução 92 de 20 de março de 1895. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano V, n. 25, p. 3, 25 mar. 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/1695>. Acesso em: 16 maio 2017.

PETRÓPOLIS. Câmara Municipal. Resolução 133 de 10 de março de 1898. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano VII, n. 31, p. 3, 12 mar. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/2769>. Acesso em: 13 jun. 2017.

PETRÓPOLIS. **O Povo**, Petrópolis, ano I, n. 11, p. 1, 31 ago. 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821462/43>. Acesso em: 30 maio 2017.

PETRÓPOLIS. In: LIMA, Manoel Pinto de. **Almanak Laemmert**: anuário administrativo, agrícola, mercantil e industrial. Rio de Janeiro: Manoel José da Silva e Comp., 1909. p. 0-46. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/40060>. Acesso em: 14 nov 2018.

PETRÓPOLIS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 266, p. 4, 23 set. 1910. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/4259](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/4259). Acesso em: 13 jun 2017.

[REGRESSOU antehontem]. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano VII, n. 27, 03 mar. 1898, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/2751>. Acesso em: 06 jun. 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. v. 3.

RODRIGUES, Maysa Gomes. **Sob o céu de outra Pátria**: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais. (1888-1912). 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>. Acesso em: 09 maio 2017.

[SEGUNDO nos informam]. **Gazeta de Petrópolis**. Petrópolis, ano IX, n. 144, 05 dez. 1899, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/3875>. Acesso em: 30 maio 2017.

SEYFERTH, Giralda. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Histórias de migrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 11-43.

STEHLING, José Luiz. **A Companhia União e Indústria e os alemães**: documentos históricos. Juiz de Fora: FUNALFA, 1979.

THEATRO Floresta (anúncio). **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano XI, n. 154, p. 4, 26 dez. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/5174>. Acesso em: 13 jun. 2017.

UM MAGNÂNIMO franciscano. **A União**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 45, p. 2, 08 nov. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/799670/2167>. Acesso em: 13 jun 2017.

VANBOEMMEL Frei Fidêncio. Nossa história franciscana: apresentação. In: FRANCISCANOS: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. [S.l.], c2020. Disponível em: <https://franciscanos.org.br/quemsomos/nossa-historia/> Acesso em: 11 maio 2020.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. (Coleção Brasileira). Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/382/a-aculturacao-dos-alemaes-no-brasil-estudo-antropologico-dos-imigrantes-alemaes-e-seus-descendentes-no-brasi>. Acesso em: 08 maio 2017.

CÂMARA municipal. **Gazeta de Petrópolis**, Petrópolis, ano VII, n. 86, 19 jul. 1898, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/304808/2987>. Acesso em: 06 dez. 2020.

Recebido em: 12/05/2020  
Aprovado em: 31/08/2020

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE  
Revista Linhas  
Volume 21 - Número 47 - Ano 2020  
[revistalinhas@gmail.com](mailto:revistalinhas@gmail.com)